



# **ESTRATÉGIA COMUNITÁRIA PARA UMA AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA CERTIFICAÇÃO DO AÇAÍ NO ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE**

**COMMUNITY STRATEGY FOR A SUSTAINABLE AMAZON:  
INTERNATIONAL COOPERATION IN AÇAÍ CERTIFICATION  
IN THE BAILIQUE ARCHIPELAGO**

# ESTRATÉGIA COMUNITÁRIA PARA UMA AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA CERTIFICAÇÃO DO AÇAÍ NO ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE

## COMMUNITY STRATEGY FOR A SUSTAINABLE AMAZON: INTERNATIONAL COOPERATION IN AÇAÍ CERTIFICATION IN THE BAILIQUE ARCHIPELAGO

Eliane Superti<sup>1</sup> | Simone D. Ferreira<sup>2</sup> | Amiraldo Enuns de Lima Picanço<sup>3</sup>

Recebimento: 06/09/2024

Aceite: 13/05/2025

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais (UFSCAR).  
Professora da Universidade Federal da Paraíba.  
João Pessoa – PB, Brasil.  
E-mail: esuperti@gmail.com

<sup>3</sup> Doutorando em Políticas Públicas (UECE).  
Fortaleza – CE, Brasil.  
E-mail: amiraldo.picanco@aluno.uece.br

<sup>2</sup> Doutoranda em Políticas Públicas (UECE).  
Fortaleza – CE, Brasil.  
E-mail: simonedias.ferreira@hotmail.com

### RESUMO

A cadeia produtiva do açaí oferece uma oportunidade econômica inclusiva para as comunidades rurais amazônicas, com um mercado em crescimento, especialmente o internacional. No entanto, a intensa dinâmica de comercialização do fruto tem acarretado pressões que colocam em risco a biodiversidade das florestas amazônicas onde o fruto é coletado. O enfrentamento dos desafios da sustentabilidade na produção de açaí perpassa questões estruturais e de governança pública, mas também envolve as estratégias desenvolvidas localmente. Este artigo explora a experiência das comunidades do arquipélago de Bailique, no Amapá, que organizadas por meio do Protocolo Comunitário, buscaram a cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) com estratégia para ineditamente certificar pelo Forest Stewardship Council (FSC) o manejo do açaí. O objetivo foi investigar, na perspectiva dos atores locais, se a execução da CID no processo de obtenção da certificação respeitou o princípio do protagonismo dos autores locais e apoiou a sustentabilidade da produção de açaí das comunidades. A abordagem metodológica da pesquisa foi qualitativa, orientada pela pesquisação. Os resultados alcançados indicam que a organização das comunidades no protocolo comunitário foi elemento-chave para que os interesses locais fossem orientadores e permitissem relações equilibradas no processo de cooperação.

**Palavras-chave:** Açaí. Sustentabilidade. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Protocolo Comunitário, Certificação FSC.

## ABSTRACT

The açai production chain offers an inclusive economic opportunity for rural Amazonian communities, and it has a growing market, especially internationally. However, the intense commercialization dynamics surrounding the fruit have generated pressures that threaten the biodiversity of the Amazonian forests where it is harvested. Addressing the sustainability challenges in açai production permeates structural and public governance issues, while also engaging with locally developed strategies. This study explores the experience of the communities of the Bailique archipelago, in Amapá, which were organized through the Community Protocol, and sought international cooperation for development (ICD) with a strategy to unprecedentedly certify the management of açai by the Forest Stewardship Council (FSC). This study aimed to investigate, from the perspective of local actors, whether the ICD implementation in the certification process respected the principle of protagonism of local actors and supported the sustainability of açai production in communities. The methodological approach of the research was qualitative, guided by action research. The results indicate that the organization of communities in the community protocol was a key element for local interests to guide and allow balanced relationships in the cooperation process.

**Keywords:** Açai. Sustainability. International Development Cooperation. Community Protocol, FSC Certification.

## INTRODUÇÃO

Desde 2015 o açai é o produto no gênero alimentício de extração vegetal não madeireira de maior valor de produção no Brasil (IBGE, 2022). Os estados amazônicos, com destaque para o Pará, são os maiores produtores. A cadeia produtiva do açai representa uma oportunidade econômica inclusiva para as comunidades rurais amazônicas, principais produtoras do fruto (Superti, Pinto, Cialdella, 2021). O mercado regional é o grande consumidor, seguido pelo nacional e internacional. Contudo, foi este último que registrou o crescimento mais significativo (CONAB, 2021).

A expansão do mercado internacional aprofundou os elos globais da cadeia produtiva e tem exigido um melhoramento constante dos produtos e a especialização do setor agropecuário na Amazônia. O representativo aumento da demanda nacional e internacional tem estimulado a monocultura (açaização), a perda de biodiversidade e gerado mudanças estruturais nas florestas de várzea da região (Freitas et al., 2021). O aumento da dinâmica de financeirização da cadeia produtiva tende a agudizar esses processos (Neves Fonseca, Lima, 2024). Além disso, é importante não se negligenciar a emergência climática favorecida pelo aumento expressivo dos índices de



desmatamento na região e, no nível internacional, os compromissos ambientais firmados pelo Brasil no Acordo de Paris (2015) e no Pacto Climático de Glasgow (COP-26, 2021).

Os desafios da intensificação da produção do açaí nos colocam diante de uma dualidade que precisa ser trabalhada cuidadosamente: a produção de açaí tem trazido inclusão econômica e melhorias nas condições de vida das comunidades locais (Cialdella et al., 2022, Superti, Pegler, Araújo, 2018, Pepper, Alves, 2016), mas ela pode se tornar uma ameaça real para as florestas estuarinas. Em ambientes nativos, a palmeira do açaí depende da floresta e dos seus polinizadores para ser produtiva (Campbell et al., 2018). Portanto, a intensificação da produção sem que os aspectos ecológicos sejam considerados pode levar a um ciclo de degradação ambiental que tende a comprometer a própria sustentabilidade da cadeia.

Assim, embora a alta demanda pelo fruto e a inserção no contexto das cadeias globais de valor se apresentem como fronteiras de possibilidades, o estabelecimento de uma produção sustentável do açaí e desenvolvimento econômico para a região dependem de outras variáveis organizacionais, estruturais e produtivas. A presença ou não de uma governança pública por meio de políticas indutivas, de infraestrutura e de regulação assume aspecto decisivo, sobretudo no que diz respeito ao produtor familiar, que mais uma vez corre o risco de se ver preso a lógica histórica de exploração excludente e insustentável de produtos amazônicos, como sinalizou Brondizio (2008).

Além disso, as iniciativas de enfrentamento construídas pelas comunidades se destacam pelo potencial de construir respostas a partir do local e de inovação social. Este artigo discute uma dessas experiências construída pelas comunidades do arquipélago do Bailique no Amapá. Essas comunidades, a partir da formação de consensos coletivos, da articulação de seus interesses e planejamento de sua trajetória de desenvolvimento territorial por meio do protocolo comunitário, buscaram a cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) no âmbito da cooperação Brasil-Alemanha para certificar a sustentabilidade de sua produção de açaí e alcançar reconhecimento de mercado.

A CID, no final da década de 1980, passou a incorporar de forma explícita, sob o peso da pressão dos movimentos ambientalistas e dos debates internacionais, a questão ambiental, a preservação e a sustentabilidade. Uma das mais importantes discussões e que consolida a necessidade de novos paradigmas para o século XXI (Sachs, 2015), foi o Relatório Brundtland, publicado em 1987. O



documento introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável (World Commission on Environment and Development, 1987) e significou um ponto de inflexão de parte da comunidade internacional sobre a importância de integrar considerações ambientais nas estratégias de desenvolvimento. Além disso, a ECO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, cobrou o compromisso ambiental de chefes de Estado e reforçou a necessidade de promoção da sustentabilidade ambiental na agenda da CID, resultando na Agenda 21, na Convenção sobre Diversidade Biológica e no acordo Quadro sobre Mudanças Climáticas.

Embora claramente insuficientes para conter a crise ambiental, os compromissos e estratégias assumidos pelos atores nacionais e internacionais geraram transformações na economia global, na dinâmica mercadológica e criaram laços de corresponsabilidade no âmbito da gestão ambiental. Ainda que esses laços reflitam os desequilíbrios e assimetrias do sistema internacional, tanto, atores nacionais, locais e governos como os atores internacionais e corporativos transnacionais buscaram a cooperação internacional com uma das possibilidades para o enfrentamento das questões ambientais.

Esse artigo se insere nesta discussão sobre o papel da CID para a promoção da sustentabilidade ambiental com recorte nas cadeias da sociobiodiversidade da Amazônia brasileira. A questão norteadora da pesquisa foi: na perspectiva dos atores locais, que papel a cooperação internacional para o desenvolvimento desempenhou na obtenção da Certificação FSC do manejo do açaí obtido no contexto do Protocolo Comunitário do Bailique no estado do Amapá?

A abordagem metodológica foi qualitativa e orientada pela pesquisação. As técnicas incluíram caderno de campo, grupos focais, questionário e análise documental, além de revisão da literatura especializada. O caso estudado<sup>1</sup> foi a experiência da cooperação internacional executada no bojo do Protocolo Comunitário do Bailique para a pioneira certificação do Forest Stewardship Council<sup>2</sup> (FSC) para o manejo produtivo do açaí.

---

1 Este estudo de caso, com foco ampliado, compõe o objeto de pesquisa da tese de doutorado da segunda autora realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

2 Forest Stewardship Council (FSC) é uma organização não governamental sem fins lucrativos que define padrões de manejo florestal e credencia órgãos de certificação para realizar auditorias. As certificações FSC são reconhecidas mundialmente como um padrão de ouro entre as certificações ambientais devido à sua abrangência, rigor e reconhecimento internacional (GONÇALO et al., 2024)

Os resultados alcançados estão apresentados neste artigo e organizados em três seções além desta introdução e considerações finais. Na primeira parte fazemos uma breve reflexão sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento e em seguida apresentamos a metodologia da pesquisa. Na terceira seção, contextualizamos o protocolo comunitário apresentamos os resultados da pesquisa de campo sobre a experiência da cooperação internacional para viabilizar a certificação do manejo florestal do açaí.

## A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

A CID surge como uma prática sistemática apenas após a II Guerra Mundial (Pessina, 2017). Naquele contexto, os países capitalistas industrializados precisavam responder a dois desafios interligados: a ascensão da União Soviética – que prometia um caminho político e econômico alternativo – e a descolonização. Tanto os países que ainda lutavam para pôr fim ao jugo colonial, bem como os que haviam se libertado anteriormente, como os latino-americanos, aspiravam à industrialização. Os países capitalistas centrais precisavam oferecer apoio ao avanço dos países periféricos sob o risco de eles serem cooptados por lógicas socialistas ou optassem por estratégias mais autônomas em relação ao Ocidente (Santos Filho, 2005).

Assim, inicialmente os Estados Unidos e posteriormente potências europeias ocidentais – que perdiam suas colônias – e Japão, passaram a dedicar recursos aos países periféricos por meio da cooperação internacional para o desenvolvimento. Para sistematizar esses esforços, que obedeciam à interesses nacionais, mas que também deveriam responder à lógica da Guerra Fria, criou-se um sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento, tendo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como espaço de coordenação. Tais recursos – é importante frisar – nunca atingiram o volume e a intensidade necessários para promover a transformação estrutural das sociedades periféricas. Contudo, em alguns casos, deram contribuição relevante para o desenvolvimento de segmentos sociais, institucionais e econômicos, como no caso da própria cooperação alemã com o Brasil (Cervo, 1994).

A CID passou por diversas fases, incluindo revisão de seus propósitos gerais e procedimentos de execução. As revisões tiveram motivos domésticos e internacionais. No âmbito doméstico,



por ser alicerçada, de forma geral, sobre os impostos pagos pelos contribuintes, os países doadores experimentaram pressões internas para que os recursos fossem empregados de forma mais efetiva no atendimento aos interesses nacionais, sob a pena de serem retraídos. É preciso reconhecer, contudo, que surgiram *constituencies* e profissionais verdadeiramente dedicados à causa do desenvolvimento dos países periféricos (Lancaster, 2007).

Na perspectiva internacional, por outro lado, os países periféricos denunciavam o caráter não solidário, mas sim, instrumental da CID. Seus objetivos se referiam mais à abertura de mercados e a criação de dependência tecnológica, do que à real promoção do desenvolvimento. As críticas mais contundentes apontavam a cooperação internacional para o desenvolvimento como instrumento de imposição da visão de mundo dos países doadores uma vez que parte significativa dos projetos apoiados pela CID buscava implantar soluções concebidas pelos países desenvolvidos, com pouca participação ou, mesmo, escuta dos países que receberiam os projetos (Milani, 2012). A cooperação era, assim, praticada “de cima para baixo” (*top-down*), limitando a própria eficácia dos projetos que, muitas vezes, ignoravam as realidades locais e não geraram apropriação por parte dos agentes locais.

A alternativa a lógica *top-down* seria a Cooperação Sul-Sul, orientada pela horizontalidade e solidariedade (Ayllon, 2014) entre as nações que enfrentavam desafios semelhantes. Mesmo sob pesadas críticas, a CID constituiu-se em uma relação importante entre os países e suas formas obedecem a um conjunto de regras acordados como elemento de coordenação, via de regra, da OCDE.

Um outro movimento importante da CID foi a incorporação das questões ambientais. Desde meados dos anos 1960 o movimento ambientalista, que primeiro se fortaleceu nos países desenvolvidos, começou a questionar as consequências indesejáveis do desenvolvimento, em geral, e dos processos de industrialização, em particular. Resultou deste movimento a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo e a ela se seguiram outras importantes Conferências e Convenções, como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (ECO 92) e documentos como o Relatório Brundtland (1987), o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (2000-2015) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (2015-2030), entre outros. Estas negociações refletem a inserção da questão da sustentabilidade nas agendas de desenvolvimento da ONU e colocaram na pauta dos acordos de cooperação internacional a necessidade

de integrar considerações ambientais as estratégias de desenvolvimento (Alves, 2015, Koehler, 2015).

A CID não é algo inerentemente positivo e deve ser analisada concretamente. O termo “sustentável” atrelado ao desenvolvimento também carrega polêmicas amplamente debatidas (Martine, Alves, 2015). Portanto, sem desprezar as contradições inerentes à cooperação internacional, pode-se dizer que do ponto de vista das normas internacionais que visam coordenar a CID no século XXI (Pessina, 2017) dois elementos devem fazer parte: a sustentabilidade ambiental e o protagonismo os atores locais.

É neste sentido que a análise crítica da CID se torna objeto geral de estudo e justifica o estudo de caso aqui presente. Ou seja, não é possível pressupor que toda CID efetivamente objetive o desenvolvimento sustentável de países em desenvolvimento ou que tenha como método e fim o protagonismo dos atores locais, embora isso seja, de fato, desejável. O que nossa pesquisa visa elucidar, a partir da perspectiva dos atores locais, é, entre outras coisas, se a CID no processo de obtenção da Certificação FSC, fruto das estratégias articuladas no Protocolo Comunitário, respeitou o princípio do protagonismo dos atores locais e apoiou a sustentabilidade da produção de açaí das comunidades do Bailique.

## **ABORDAGEM METODOLÓGICA E ESTRATÉGIAS DA PESQUISA.**

Os resultados e as reflexões apresentadas neste trabalho são fruto de um projeto<sup>3</sup> maior que engloba pesquisa, construção conjunta de saberes, transferência de tecnologias e capacitação. A metodologia empregada baseou-se na pesquisação, a qual envolve intervenção na realidade estudada por meio de um engajamento recíproco entre pesquisadores e participantes, caracterizado por uma interação não hierárquica. Essa abordagem metodológica guiou a escolha das estratégias e técnicas utilizadas na pesquisa, que fundamentam cada uma das partes deste artigo

A discussão sobre a CID partiu de pesquisa não sistemática da literatura especializada. Já a parte mais densa da coleta de dados e informações foi a do trabalho campo. Ela foi executada com duas técnicas principais de pesquisa, o grupo focal e o questionário, além do caderno de campo e análise documental.

---

3 Trata-se do projeto “Inov’Açaí” - Co-construção de conhecimentos, inovações e políticas públicas para sustentabilidade da produção comunitária na Bioeconomia Amazônica, O projeto é financiado pelo edital nº 38/2022 Chamada Pública Amazônia +10.





O campo foi realizado em três períodos; maio de 2023, grupo focal com a diretoria da Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique – AMAZONBAI em Macapá; dezembro de 2023, grupo focal com lideranças na comunidade do Arraiol durante visita de campo ao arquipélago do Bailique no Amapá; e entre os meses de junho e julho, quando foram aplicados o questionário aos agroextrativistas cooperados. Embora o processo de certificação em análise tenha sido capitaneado localmente pela Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique (ACTB), escolhemos por realizar o grupo focal com a diretoria da cooperativa porque tanto as lideranças comunitárias quanto os atuais representantes da associação indicaram que a AMAZONBAI era a principal detentora da memória do processo e de sua continuidade

O questionário, de escopo mais amplo, contemplou com quatro questões a discussão feita neste artigo. A primeira tinha o objetivo de identificar, de forma não induzida, os cooperados que participaram do acordo de cooperação. Apenas para os que responderam “sim” foram perguntadas as outras três questões. As duas seguintes, também de forma não induzida, diziam respeito ao nome do projeto de cooperação e seu responsável. A última abordava o tipo de relação estabelecida entre a comunidade e os agentes da cooperação. Ela era de múltipla escolha e graduava a direção dos fluxos de participação (*bottom-up / top-down*). O instrumento foi aplicado a 43 produtores de açaí escolhidos de forma aleatória desde que atendessem os critérios de serem cooperados e não participar da diretoria da AMAZONBAI. Considerando o tamanho da população de 143 cooperados, a amostra foi definida em 30%, alcançando o nível de confiança e o erro máximo admissível próximo de 5%.

A técnica do grupo focal foi realizada com a diretoria da cooperativa e com lideranças comunitárias em reuniões distintas e com integrantes que não se repetiram. Através dessa técnica, é possível coletar informações ao gerar o debate a partir de provocações e questões e observar as interações em grupo, o que facilita ao pesquisador entender as percepções, crenças e atitudes que surgem em discussões sobre temas específicos (Trad, 2009). Na reunião com a diretoria participaram, além do presidente da cooperativa, mais 4 diretores e 2 secretárias. Na aplicação da técnica na visita ao Bailique participaram 16 lideranças entre extrativistas cooperados e não cooperados. O caderno de campo foi produzido durante a visita ao Bailique em dezembro e os documentos analisados foram relatórios da cooperativa.

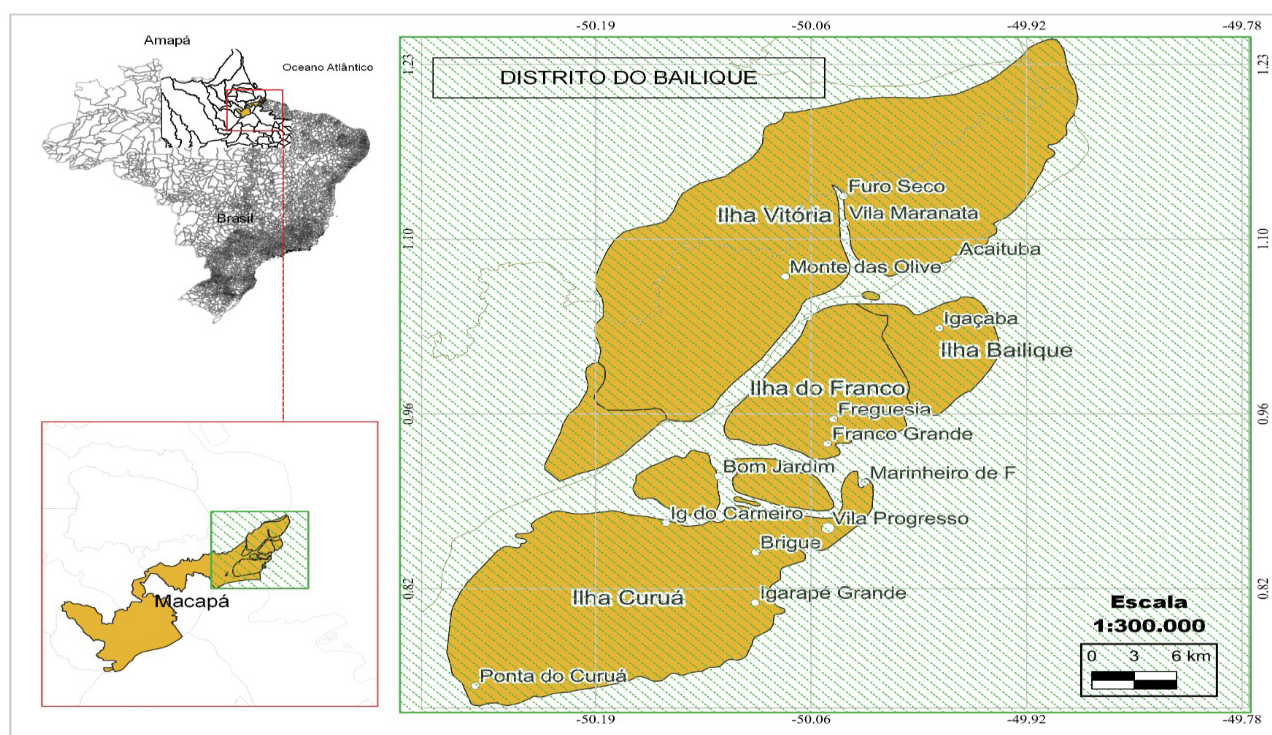


Observando os aspectos éticos da investigação - termo de participação livre e esclarecido, garantia de anonimato aos participantes e aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa - o método e as técnicas aplicados permitiram o cruzamento de informações, dados e diferentes percepções. Os resultados alcançados estão apresentados neste artigo.

## PROTAGONISMO LOCAL NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO BAILIQUE.

O Arquipélago do Bailique é formado por 08 ilhas estuarinas e uma faixa continental. Ele é distrito da cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, e fica a 200 km de distância, na Foz do rio Amazonas. O Acesso a região é por via fluvial e são 12 horas de viagem, partindo de Macapá. A Figura 1 abaixo apresenta a localização do arquipélago.

**Figura 1** | Localização da área do Arquipélago do Bailique, Macapá/AP



Fonte: Adaptado IBGE (2016). Crédito Elaboração: Josiel R. Guedes (2022).

O Bailique abriga uma população de aproximadamente 10 mil pessoas divididas em 51 comunidades, de acordo com Conselho Comunitário do Bailique (CCB). A sobrevivência da população do arquipélago está principalmente ligada ao agroextrativismo do açaí e de outros produtos florestais não madeireiros (PFNM), além da pesca, criação de animais e da agricultura de subsistência. As comunidades são ribeirinhas e preservam modos de vida tradicionais. Todas têm organizações internas (associações comunitárias) e entre si, a exemplo do CCB e a Colônia de Pescadores Z-5 (Caderno de Campo, 2023).

A cultura local é marcada por uma forte presença de saberes tradicionais. É significativo o número parteiras, curandeiros e benzedadeiras, estes são exemplos de pessoas que têm práticas vinculadas aos conhecimentos tradicionais (Protocolo Comunitário do Bailique, 2014). Os saberes tradicionais modelam também a forma de organização da economia local principalmente na pesca artesanal e na exploração dos produtos florestais não madeireiros, como o açaí. O manejo e a colheita do açaí são realizados de forma comunitária e passadas de geração em geração. Essa atividade não só garante a alimentação, mas também é hoje, segundo as lideranças comunitárias, a principal fonte de renda das famílias (Grupo Focal, Lideranças Comunitárias, 2023).

Apesar da riqueza natural e cultural, o arquipélago enfrenta desafios significativos. A infraestrutura básica é limitada, com acesso restrito a serviços de saúde, educação e saneamento. A precariedade dos transportes dificulta o escoamento da produção e a mobilidade dos moradores. A falta de eletricidade regular e a baixa cobertura de telecomunicações são outras dificuldades enfrentadas pelas comunidades (Caderno de Campo, 2023). Ademais, as mudanças climáticas e as atividades humanas, como o fenômeno das terras caídas – refere-se ao processo de erosão acelerada das margens dos rios e ilhas, resultando no desmoronamento de grandes porções de terra, esse processo é impulsionado por vários fatores naturais e humanos – a pesca predatória e a exploração madeireira ilegal, ameaçam o delicado equilíbrio ecológico do arquipélago. Essas pressões ambientais afetam diretamente a subsistência das populações locais, que dependem dos recursos naturais para sobreviver (Souza et al., 2020), mesmo tendo o plano diretor do Município de Macapá destacado o distrito do Bailique como integrante da Zona de Desenvolvimento Sustentável.

Em resposta aos seus muitos desafios e por estímulo da Rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), em 2013 as comunidades do Bailique decidiram implementar o protocolo comunitário. O GTA, ator chave no processo, foi criado em 1991 e atua na Amazônia Brasileira por meio de dezoito escritórios regionais nos nove Estados da Amazônia Legal. A rede foi constituída quando da implantação do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e é composta por outras organizações que atuam na defesa dos direitos e interesses das populações tradicionais e comunidades indígenas na Amazônia.

Conforme Monteiro (2018), a lógica do protocolo comunitário é constituída tendo por base o Protocolo de Nagoia, que aborda o acesso a recursos genéticos e a distribuição justa e equitativa dos benefícios decorrentes de sua utilização. O Protocolo de Nagoia foi estabelecido na Conferência das Partes (COP-10) realizada no Japão em 2010, como uma complementação aos acordos da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Ao todo 130 países são signatários do Protocolo de Nagoia. dentre eles o Brasil.

Segundo o Artigo 12.3 do Protocolo de Nagoia, os Estados signatários devem apoiar a criação de protocolos comunitários que regulem o acesso ao conhecimento tradicional relacionado a recursos genéticos e a distribuição justa e equitativa dos benefícios decorrentes desse uso, respeitando a adequação ao modo de vida das comunidades indígenas e tradicionais. Este dispositivo visa cumprir o objetivo da CDB de proteger os direitos das comunidades como detentoras de conhecimentos tradicionais nas relações de acesso e distribuição de benefícios. Os protocolos foram propostos pelo tratado, especialmente para mediar as relações entre o setor privado e as comunidades no acesso ao conhecimento tradicional para fins comerciais (Monteiro, 2018).

O Protocolo Comunitário do Bailique tem, contudo, especificidades que o particulariza. Ele abrange não somente o acesso e repartição de benefícios, mas também a gestão do território, aperfeiçoando técnicas de manejo sustentável, otimização de estratégias produtivas sustentáveis, incentivo ao senso de coletividade, ensino das novas gerações dos conhecimentos tradicionais e valorização e fomento sustentável das potencialidades econômicas locais.

Descrito como uma iniciativa de inovação social no Relatório de Casos sobre o *Big Push* para a Sustentabilidade no Brasil, do Escritório no Brasil da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) das Nações Unidas, o Protocolo Comunitário do Bailique visou reduzir as desigualdades estruturantes existentes na região do Arquipélago, por meio do empoderamento das lideranças locais, a conscientização de pertencimento, o cuidado com seu território, e seus conhecimentos tradicionais. Nessa lógica o Protocolo é apresentado como instrumento de transformação e quebra de paradigmas para as novas formas de geração de renda a comunidades locais (Agostini; Ramos, 2020). Ele representou também uma ferramenta de proteção aos direitos das comunidades da região como instrumento de salvaguarda dos recursos da biodiversidade, do conhecimento tradicional associado e do território.

O projeto que concebeu o Protocolo Comunitário do Bailique foi desenvolvido pelo GTA Nacional e GTA Regional/Amapá, com a participação da Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OLEA<sup>4</sup>) e em conjunto com Conselho Comunitário do Bailique e a Colônia de Pescadores do Bailique Z-5. Entes públicos, como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) no estado e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), tiveram participação auxiliar e pontual no processo. Os trabalhos para o desenvolvimento do Protocolo se iniciaram em outubro de 2013 e envolveram 34 comunidades da região do Arquipélago (Protocolo Comunitário do Bailique, 2020). Para organizar a representação das comunidades na gestão e implementação do protocolo, foi criada em 2015, a Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique.

A construção do Protocolo representou um período de grande vitalidade, reconhecimento de diferenças, muitos conflitos e construção conjunta para as comunidades, que se reuniram e discutiram os seus desejos, necessidades, diferenças e oportunidades de desenvolvimento territorial. Segundo as lideranças participantes do grupo focal, a opção pelo fortalecimento comunitário afastou alguns moradores que não concordavam com as estratégias coletivas. Além disso, manter os participantes mobilizados e engajados para a construção dos processos definidos durante o protocolo foi um dos grandes desafios (Grupo Focal, Lideranças Comunitárias, 2023). Os eixos temáticos trabalhados durante os três anos de construção do protocolo foram: organização comunitária; estratégias de ação diante de atores externos/políticas públicas; e desenvolvimento de cadeias produtivas/certificações (Alves e Ramos, 2019)

---

4 A Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OLEA) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Manaus, que desenvolve projetos de cunho participativo, educacional, musical e socioambiental.



No último eixo, o estudo de viabilidade para as cadeias produtivas, executado durante o Protocolo, apontou o açaí como um dos produtos da biodiversidade local com grande potencial econômico para as comunidades. Para melhor estruturação dessa cadeia e garantir sua sustentabilidade, duas estratégias foram destacadas. A busca por mecanismos que reconhecessem e valorizassem o esforço de produção comunitário e a organização dos produtores em uma cooperativa (Grupo Focal, Lideranças Comunitárias, 2023).

A forma encontrada para valorizar a produção local foi a certificação, mas segundo Costa e Beitum (2020), buscava-se um modelo que dialogasse com os princípios e propósitos firmados no Protocolo Comunitário. Tendo proximidade com as instituições que apoiavam a execução do protocolo, o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA) foi chamado para explicar sobre as certificações, seus processos e possibilidades. Dentre as certificações, o esquema do FSC apresentava alguns diferenciais que convergiam com o protocolo.

Segundo Auld et al. (2008), o Forest Stewardship Council foi criado em resposta à crescente pressão e preocupação dos movimentos sociais, ambientais e organizações não governamentais (ONG) com a degradação das florestas e pelo fracasso de se negociar um acordo global juridicamente vinculante sobre florestas nas conferências internacionais, principalmente na ECO 92. Criado em 1993, o Forest Stewardship Council foi fundado em Toronto, Canadá, pelo World Wide Fund for Nature (WWF), outras ONGs ambientais, comerciantes de madeira, grupos de povos indígenas, organizações de trabalhadores florestais dentre outros. Atualmente a sede da FSC é na Alemanha, na cidade de Bonn. A certificação do Forest Stewardship Council é reconhecida como o padrão mais rigoroso e respeitado em manejo florestal sustentável, destacando-se em relação a outras certificações ambientais. Isso se deve ao seu conjunto abrangente de critérios que incluem não apenas a conservação ambiental, mas também a proteção dos direitos das comunidades locais e dos trabalhadores.

Foi no aspecto dos diferenciais sociais que a certificação FSC se aproximava dos princípios firmados no Protocolo. Ao valorizar os direitos e conhecimentos das comunidades, promovendo sua participação ativa na gestão dos recursos florestais, o FSC propunha apoiar o fortalecimento e a coesão comunitária. Garantindo, também, respeito os usos tradicionais ao integrar o saber local



ao manejo florestal para a conservação ambiental. A aceitação global da FSC em nichos de mercados com preocupações ambientais reforçou, também, sua relevância (Auld et al., 2008, Gonçalves, 2024).

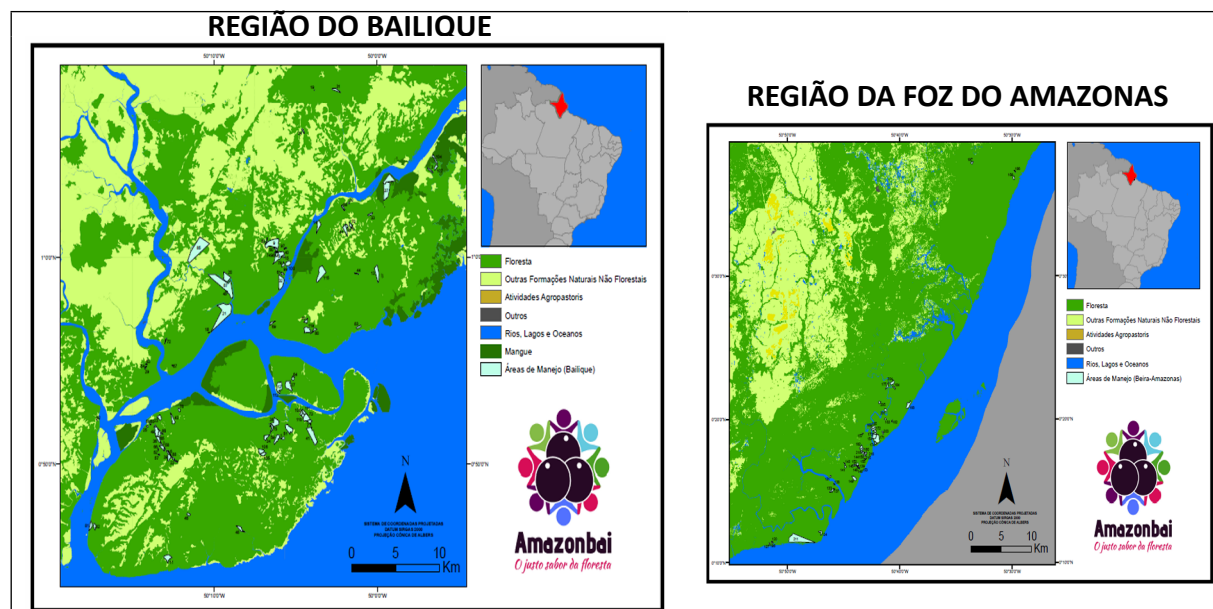
Além disso, até então, o FSC certificava principalmente produtos madeireiros e iniciava a ampliação de sua abrangência para produtos não madeireiros. A experiência do Bailique foi a primeira de certificação do manejo florestal de açaí, entregue em 2016 a Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique (Grupo Focal, Diretoria AMAZONBAI, 2023).

No ano seguinte, em 2017, foi organizada a Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique – AMAZONBAI. Fruto do Protocolo e herdeira da certificação FSC, a cooperativa manteve na sua base de organização a mesma lógica de desenvolvimento do território, de acordo com sua diretoria. Valendo-se da experiência acumulada, a cooperativa buscou outras certificações FSC – certificação de cadeia de custódia para o açaí e a certificação para a manutenção dos estoques de carbono e proteção à biodiversidade - para agregar valor ambiental e social ao açaí produzido no arquipélago e com isso disputar mercados que aceitam a pagar mais por um produto comunitário e sustentável. A produção da AMAZONBAI, hoje é destinada ao mercado nacional e internacional (Grupo Focal, Diretoria AMAZONBAI, 2023).

A cooperativa conta, atualmente, com 143 cooperados residentes em 23 comunidades. Desde 2021, verticalizou para a agroindústria, além de expandir seu território de atuação e comunidades envolvidas na área de manejo, passando a integrar a Foz do Amazonas (Beira-Amazonas). Essa região também se beneficiou da experiência do Bailique e, com base nela, organizou seu protocolo comunitário. Segundo relatórios da AMAZONBAI (2022) no Bailique a cooperativa já conta com 89 produtores certificados pela FSC que juntos possuem 2.080,19 ha. Na Foz do Amazonas (Beira-Amazonas) são 42 produtores certificados, mais a área da Escola Família Agroextrativista do Macacoari – EFAM que somam 1.384.39 ha.



**Figura 2** | Áreas de Manejo Florestal da AMAZONBAI



Fonte: Cooperativa AMAZONBAI (2022).

## RESULTADOS

O processo para alcançar a certificação FSC para o manejo do açaí foi apoiado pela Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)*, a Prefeitura de Macapá atuou no processo em trâmites burocráticos. A implementação foi realizada no âmbito do Projeto Ação do Setor Privado para a Biodiversidade, como parte da Iniciativa Internacional para o Clima e envolveu tanto apoio financeiro como assistência técnica. IMAFLORA fez a auditoria para a certificação e os custos dessa fase foram pagos pelo fundo social do próprio instituto.

Esse primeiro processo de certificação foi capitaneado localmente pela Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique. Com a criação da Cooperativa AMAZONBAI, a certificação passou para sua responsabilidade. Ao todo 98 agroextrativistas tiveram seus planos de manejos auditados pelo padrão de manejo florestal em pequena escala e baixa intensidade (*Small and Low Intensity Managed Forests - SLIMF*) para pequenos produtores da certificação do *Forest Stewardship Council*.



Segundo a diretoria da Cooperativa, a cooperação internacional foi importante para viabilizar o processo (Grupo Focal, Diretoria AMAZONBAI, 2023). Ainda de acordo com a diretoria, três foram os aspectos importantes. O mais direto foi o apoio financeiro, pois a certificação FSC exigiu investimentos com a vinda de técnicos, capacitações e formação dos produtores e a CID garantiu os recursos para a implementação. O apoio financeiro é relevante para a viabilidade econômica de projetos de certificação em comunidades de pequenos produtores, permitindo que superem barreiras financeiras que, de outra forma, seriam intransponíveis.

Além do apoio financeiro, a cooperação internacional ajudou, indiretamente, a cooperativa a reunir as condições necessárias para acessar os mercados europeu e norte-americano, permitindo aos cooperados entrar em nichos que pagam mais por produtos certificados. Contudo é importante ressaltar a fala dos participantes do grupo de que “as certificações ajudam a competir no mercado internacional, mas não garantem retorno financeiro” (Grupo Focal, Diretoria AMAZONBAI). A produção de açaí do Bailique tem ganhado força tanto no mercado nacional quanto no internacional (Costa, Beitum, 2020), com a cooperativa e as certificações, foi possível eliminar os intermediários, exportar a produção - a primeira foi em 2017- e expandir a presença no mercado nacional (Grupo Focal, Diretoria AMAZONBAI, 2023).

Vale ressaltar que esse achado da pesquisa se diferencia das constatações de Overdevest e Rickenbach (2006) que indicavam o desapontamento de produtores norte-americanos com a certificação FSC para criar oportunidades e obter acesso a mercados certificados. A diferença pode ser explicada pela dinâmica da economia do açaí, uma vez que as constatações de Cialdella e Alves (2014) sobre a demanda pelo fruto ser maior que a oferta se mantém, além do forte crescimento das importações (CONAB, 2021). O que deve ter permitido compor um cenário favorável a inserção do açaí certificado do Bailique em nichos de mercado mais valorizados. A certificação isolada desse cenário dificilmente teria o mesmo resultado, além disso outros aspectos de atuação de agentes internos, externos e incentivos governamentais, que fogem ao escopo deste artigo, precisam ser mais bem compreendidos.

A cooperação ofereceu também, segundo a diretoria da cooperativa, suporte técnico especializado para capacitar produtores locais sobre os critérios do FSC, incluindo a melhoria da



governança florestal, mecanismos participativos de acompanhamento. Isso é importante para a conformidade com os padrões rigorosos da certificação e para a proteção dos direitos das comunidades locais. A diretoria da cooperativa ressaltou ainda que o Procedimento de Serviços Ecosistêmicos do FSC, implementado no final de 2018, ofereceu agroextrativistas florestais e aos investidores ferramentas para medir, verificar e comunicar os impactos positivos de suas práticas. Este procedimento aumenta a transparência e a confiança de todas as partes envolvidas, facilitando a atração de novos investimentos e a consolidação das práticas sustentáveis.

A experiência da CID para a certificação foi considerada exitosa pela diretoria da cooperativa. Contudo eles ressaltaram que a principal vantagem estava no fato de que os produtores, organizados, depois da construção do Protocolo e com a constituição da cooperativa, “não foram levados para assumir essa ou aquela estratégia, mas sabiam o que queriam da cooperação” (Grupo Focal, Diretoria AMAZONBAI, 2023) Ou seja, o empoderamento da comunidade e o planejamento prévio produzidos no Protocolo Comunitário foram determinantes para que o relacionamento com agentes externos e as escolhas fossem orientados pelo interesses locais.

No grupo focal com lideranças, essa dimensão da orientação da cooperação pelos interesses locais também foi ressaltada como sendo um diferencial e que assegurou, segundo os participantes, que a relação entre os produtores e os agentes da cooperação e da certificação fosse baseada “no respeito e no diálogo entre os saberes de cada um possuía” (Grupo Focal, Lideranças Comunitárias, 2023). Quanto aos produtores, respondentes dos 43 questionários aplicados, 8 ou 19% disseram ter participado da cooperação internacional, nenhum dos respondentes soube dizer o nome do projeto de cooperação. Entre os que afirmaram ter participado, 6 produtores indicaram a AMAZONBAI como responsável. Na questão de múltipla escolha sobre como havia se dado a relação entre a comunidade e a organização da cooperação 6 apontaram que ela foi de “igual para igual”, 01 indicou que a relação foi “desigual mais conveniente” e 01 escolheu “não sabe”. Nenhum produtor escolheu as opções “desigual e desconfortável” “a comunidade liderou o processo”.

A resposta da maioria dos produtores que participaram da cooperação internacional vai ao encontro da fala das lideranças comunitárias que indicam a percepção de uma relação que se não foi plenamente liderada pela comunidade, também não se estabeleceu sob a lógica *top-down*, ou

seja, assumiu características horizontalizadas. Em suma, a cooperação internacional na perspectiva da diretoria da cooperativa contribuiu para a certificação FSC no Bailique, fornecendo os recursos financeiros necessários, assistência técnica e, indiretamente, facilitou o acesso a mercados para produtos certificados. Para as lideranças participantes do grupo focal e produtores respondentes do questionário, a relação entre os atores locais e externos foi de respeito aos conhecimentos de cada lado. A experiência da AMAZONBAI, fruto do Protocolo da Bailique, demonstra que a cooperação internacional para o desenvolvimento pode ser uma força na promoção da sustentabilidade em regiões amazônicas desde que orientado pelos interesses e necessidades locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo verificou-se que atores internacionais e países desenvolvidos têm mecanismos e estratégias políticas e econômicas constituídos e institucionalizados capazes de tornar a CID um instrumento de política externa com impacto na política interna das nações em desenvolvimento. Além disso, organizações como GIZ, Certificadora FSC, OCDE, ONU, dentre outros, representam o conjunto instituições que estão no centro das decisões para os objetivos traçados nas políticas de sustentabilidade ambiental e que se refletem no conteúdo dos acordos de cooperação internacionais e orientam mercados de produtos florestais oriundos de cadeias produtivas certificadas, como é o caso da certificação e comercialização do açaí procedente da Cooperativa AMAZONBAI

A discussão apresentada remete a compreensão de que sustentabilidade ambiental dentro dos preceitos da cooperação internacional contribui para a certificação socioambiental de cadeias produtivas, por exemplo, do açaí. Mas, também condiciona a normas e padrões de produção, uso de recursos florestais e sua comercialização à lógica do mercado global. Por isso a adoção de instrumentos como o Protocolo Comunitário do Bailique desempenha um papel fundamental no sentido de balizar uma nova lógica para certificação e comercialização internacional dos produtos da biodiversidade com aplicação da CID. Trata-se de não atender somente critérios internacionais estabelecidos, mas visar essencialmente os interesses e necessidades locais de territórios que buscam processos inovadores de desenvolvimento socioambiental, como é o caso da experiência do Bailique no Amapá.



Diante dessas constatações, faz-se necessário aprofundar a discussão por meio de novos estudos que explorem o impacto da CID na autonomia dos territórios locais, especialmente no que tange à adaptação de critérios internacionais às realidades socioambientais específicas. Pesquisas futuras devem examinar de que forma a participação ativa das comunidades locais nos processos de certificação e comercialização pode influenciar as políticas de sustentabilidade ambiental, promovendo uma cooperação internacional mais equitativa e alinhada com os objetivos de preservação e desenvolvimento das comunidades tradicionais.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao professor Thiago Lima da Silva do Departamento de Relações Internacionais da UFPB pelas críticas e contribuições a este artigo e ao apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba – FAPESQ ao projeto “Inov’Açaí” - Co-construção de conhecimentos, inovações e políticas públicas para sustentabilidade da produção comunitária na Bioeconomia Amazônica por meio do edital nº 38/2022, Chamada Pública Amazônia +10, sob o número de outorga 3008/2022

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Manuela R.; RAMOS, Roberta P. O **Protocolo Comunitário do Bailique: cuidando da floresta e reduzindo desigualdades estruturais**. CEPAL, ONU, 2020.
- ALVES, G.; RAMOS, R. P. Açaiberry: Brazil's super fruit. In: PULLANIKKATIL, D.; SHACKLETON, C. (ed.). **Poverty reduction through non-timber forest products. Sustainable Goals Series**. Cham: Springer, 2019.
- ALVES, José E. D. Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quinquênio (2015-2030) do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 587-598, set./dez. 2015.
- AMAZONBAI. **Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique: documentos AMAZONBAI**. Macapá: AMAZONBAI, 2022.
- AYLLÓN, Bruno. La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. **Carta Internacional**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 32-47, out. 2007.
- AYLLÓN, Bruno. Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul. In: MELLO E SOUZA, André de (org.). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014. p. 57-88.
- AULD, Graeme; GULBRANDSEN, Lars H.; MCDERMOTT, Constance L. Certification schemes and the impacts on forests and forestry. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 33, p. 187–211, 2008. <https://doi.org/10.1146/annurev.environ.33.013007.103754>.



BRONDIZIO, Eduardo S. **The Amazonian Caboclo and the Açaí Palm: forest farmers in the global market**. *Advances in Economic Botany*, vol. 16, p. 3-403, 2008.

CADERNO DE CAMPO. **Observações sobre a organização política e econômica das comunidades ribeirinhas no Arquipélago do Bailique**. Registros de Eliane Superti, realizados entre 02/12/2023 e 07/12/2023, 2023.

CERVO, Amado. Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 37, n. 1, p. 37-63, 1994.

CIALDELLA, Nathalie; EULER, Ana M. C.; SUPERTI, Eliane; MAZUREK, Roselis R. de S. Comunidades tradicionais tecendo o desenvolvimento territorial: três experiências de interações entre sociobiodiversidade, mercados, políticas públicas e ação coletiva. **GEO UERJ**, v. 40, p. 1-24, 2022. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2022.64997>.

CIALDELLA, Nathalie; ALVES, Lígia N. La ruée vers «l'açaí» (*Euterpe oleracea* mart.): quelle place pour l'agriculture familiale? Trajectoires d'un fruit emblématique d'Amazonie. **Revue Tiers Monde**, p. 1-20, 2014.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Análises do mercado agropecuário e extrativista: histórico mensal de açaí março de 2021**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br>. Publicado em: 03 abr. 2021.

COSTA, Renata M. G. F.; BEITUM, Luís F. L. **Diálogos Pró-Açaí: padrões de sustentabilidade na cadeia de valor do açaí**. 1. ed. Instituto Terroá, 2020. Disponível em: <https://www.institutoterroa.org/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

FREITAS, Madson A. B. et al. Intensification of açaí palm management impoverishes tree assemblages in the Amazon estuarine forest. **Biological Conservation**, v. 261, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2021.109251>.

GONÇALO, Matias; GAGNACCI, Francesca; ROSALINO, Luís M. FSC forest certification effects on biodiversity: a global review and meta-analysis. **Science of The Total Environment**, v. 908, 2024. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2023.168296>.

GRUPO FOCAL, LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS. **Apresentação do projeto INOV'AÇAÍ, e discussão sobre o Protocolo Comunitário e cooperação internacional**. Conduzido por Eliane Superti e Simone F. Dias, em Comunidade do Arraiol, Arquipélago do Bailique, em 04/12/2023.

GRUPO FOCAL, DIRETORIA AMAZONBAI. **Discussão sobre o projeto INOV'AÇAÍ, cooperação internacional, certificação FSC**. Conduzido por Eliane Superti e Simone F. Dias, em Macapá, em 23/05/2023.

KOEHLER, Gabriele. Seven decades of 'development,' and now what? **Journal of International Development**, v. 27, p. 733-751, 2015.

MARTINE, George; ALVES, José E. D. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, n. 3, p. 433-460, 2015.

MILANI, Carlos R. S. Aprendendo com a história: críticas à experiência da cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **Caderno CRH**, Universidade Federal da Bahia, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, mai./ago. 2012.

MONTEIRO, Igor Alexandre Pinheiro. **Comuns em cercamento: uma análise do Protocolo Comunitário do Bailique, Amapá, Brasil**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

NEVES FONSECA, Rafael F.; LIMA, Thiago. The rising financialization of açaí in the Amazon: evidence of an ongoing process. **Latin American Perspectives**, 2024. <https://doi.org/10.1177/0094582X241232414>.

OVERDEVEST, Christine; RICKENBACH, Mark G. Forest certification and institutional governance: an empirical study of Forest Stewardship Council certificate holders in the United States. **Forest Policy and Economics**, v. 9, n. 1, p. 93-102, 2006.

PESSINA, Maria E. H. **O não governamental na cooperação internacional para o desenvolvimento após 1990: entre as**



**circunstâncias e as peculiaridades do caso alemão.** Salvador: EDUFBA, 2017.

PEPPER, Leonora G.; ALVES, Livia de F. N. Açaí ribeirinho no mercado global: adicionando valor para garantir renda duradoura para agroextrativistas no estuário amazônico. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, maio 2016.

PROTOCOLO COMUNITÁRIO DO BAILIQUE. **Conhecer para proteger.** 2014. Disponível em: <http://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2020/10/Protocolo-Comunitario-do-Bailique.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SACHS, Jeffrey David. **The age of sustainable development.** New York: Columbia University Press, 2015.

SANTOS FILHO, Onofre. O fogo de Prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social. In: CAMPOS, Taiane Las Casas (org.). **Desenvolvimento, desigualdade e relações internacionais.** Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2005.

SOUZA, Francele B. B. de; SILVA, Edson V. da; GOMES, Raimunda K. S. A régua de desenvolvimento territorial sustentável (RDTS) para o Arquipélago do Bailique e suas implicações na cooperativa AMAZONBAI. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 15, p. 524–536, 2020.

SUPERTI, Eliane; PINTO, Uzian; CIALDELLA, Nathalie. Motivações e gargalos da política de garantia de preço mínimo dos produtos da sociobiodiversidade no Amapá. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 3, 2022. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i3.6274>.

SUPERTI, Eliane; PEGLER, Lee; ARAUJO, Mayara. The governance of emerging value chains and their impacts on traditional communities. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 8, p. 24-35, dez. 2018.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

